



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639909 - SP (2021/0011793-6)

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**IMPETRANTE** : DANIEL ROBERTO DE SOUZA  
**ADVOGADO** : DANIEL ROBERTO DE SOUZA - SP289297  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : ALEXANDRE BATISTA LEITE (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ALEXANDRE BATISTA LEITE em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2283262-29.2020.8.26.0000).

O paciente foi preso em flagrante em 01/05/2020 como incurso no artigo 180, *caput*, c/c o artigo 29, *caput*, e no artigo 288, *caput*, na forma do artigo 69, *caput*, todos do Código Penal, tendo a custódia sido convertida em preventiva.

O impetrante sustenta que não estariam presentes os requisitos necessários para a manutenção da custódia cautelar do acusado.

Defende haver excesso de prazo na formação da culpa.

Aduz que os predicados pessoais do agente permitiriam que respondesse ao processo em liberdade.

Alega que a medida extrema poderia ser substituída por cautelares diversas.

Afirma, ainda, que o paciente possui uma filha menor de 12 anos de idade, que necessita dos seus cuidados, razão pela qual fariam jus à prisão domiciliar.

Argumenta, por fim, que deve ser deferida a pretensão de forma a diminuir as consequências advindas do contágio pela covid-19 nos termos da Recomendação n. 62/2020 do CNJ.

Requer, liminarmente, que seja revogada a prisão preventiva, aplicando-lhe medidas alternativas à prisão, caso se mostrem necessárias. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmado o pleito sumário.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Do acórdão combatido extrai-se (e-STJ fls. 553-557):

[...]

*No caso, extrai-se da peça acusatória que o paciente foi preso em flagrante porque, no dia 01º de maio de 2.019, acabou surpreendido com o parceiro Waldomiro Alcoforado por policiais militares transportando coisas que sabiam ser produto de crime, consistentes num caminhão trator*

*Volvo/FH12380 e dois semirreboques marcas SR/Schiffer SSC2ECA TRAS e SR/SCHIFFER SSC2ECA DIAN, então carregados com soja, bens pertencentes a Arnaldo Gonçalves da Silva.*

*Consta, ainda, que os denunciados se associaram de forma estável e permanente com outra pessoa, intencionando cometer crimes patrimoniais (fls. 200/204).*

*[...]*

*Acréscase ter sido o paciente surpreendido transportando coisas que sabia ser produto de crime um caminhão e dois semi reboques -, sem se ignorar que ALEXANDRE confessou a autoria na Delegacia (fls. 59), tudo a indicar a periculosidade e a necessidade da segregação para garantia da ordem pública.*

*[...]*

*Não bastasse, no caso concreto, tratando-se de receptação de veículo automotor e dois semirreboques (bens de elevado valor econômico), sem se ignorar a existência de indícios de participação em associação criminosa destinada à prática de delitos patrimoniais, nítida a acentuada periculosidade do paciente, cuja custódia cautelar afigura-se imprescindível para garantia da ordem pública, denotando a situação, em tese, dolo extremado incondizente com singelas medidas diversas previstas no artigo 319 do Estatuto Processual Penal.*

*Portanto, justificável (aliás, inafastável) a segregação provisória para garantia da ordem pública, porquanto a permanência do paciente em liberdade, tendo em vista a acentuada periculosidade em destaque, ensejaria intranquilidade social em razão do justificado e concreto receio dele tornar a delinquir.*

*Nem mesmo eventuais condições pessoais favoráveis como a alegada primariedade, residência fixa e ocupação lícita impediriam a decretação da prisão preventiva ou ensejariam a revogação da ordem, ainda mais quando presentes os motivos autorizadores da custódia, como na hipótese aqui analisada.*

*[...]*

*A propósito, breve análise da certidão a fls. 150 e de dados do sistema SAJ permite constatar que ALEXANDRE ostenta condenação por furto qualificado (feito sob o nº.*

*1504138-84.2017.8.26.0536) anotado o fato dele ter sido agraciado com a liberdade provisória no processo supracitado, vindo a cometer o delito aqui em questão durante o benefício - situação que, embora não denote a reincidência, traduz índole indiscutivelmente voltada à delinquência ou persistência na senda do crime, revelando-se a imprescindibilidade da segregação para se obstaculizar risco real de recidiva, considerado o*

*caráter nocivo próprio daqueles que fazem dos delitos seu modo de vida.*

*[...]*

*No mais, medidas cautelares alternativas só podem ser aplicadas quando ausentes os requisitos da prisão preventiva, quadro diverso daquele aqui delineado, prescindindo-se do afastamento uma a uma das medidas, porquanto motivada a manutenção da segregação.*

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência